



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1866584 - MG (2020/0061157-9)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : GABRIEL FERREIRA DA SILVA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa, assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO - CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITO EM PRIVATIVA DE LIBERDADE - INVIABILIDADE - AUSÊNCIA DE MOTIVOS A JUSTIFICAR TAL MEDIDA- DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO. Não se enquadrando o agravante em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 181 da Lei de Execução Penal a justificar a conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade, inviável a unificação da pena remanescente (PRD - pena restritiva de direito) à nova condenação (PPL - pena privativa de liberdade). Provimento ao recurso é medida que se impõe." (e-STJ, fl. 73)

Os embargos de declaração opostos pela acusação foram rejeitados (e-STJ, fls. 96-98).

Nas razões recursais (e-STJ, fls. 102-115), o recorrente aponta violação dos arts. 44, § 5º, e 76 do Código Penal, bem como do art. 111, *caput* e parágrafo único, e 181 da Lei de Execuções Penais.

Sustenta a impossibilidade de cumprimento simultâneo das penas restritivas de direito com a privativa de liberdade em regime fechado. Requer, ao final, o provimento do recurso, para a reconversão das penas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade, com a soma das reprimendas e a determinação do regime prisional adequado.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 120-125) e admitido o apelo excepcional (e-STJ, fls. 129-132), os autos foram remetidos a esta Corte Superior.

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do apelo especial (e-STJ, fls. 144-151).

#### **É o relatório.**

Decido.

O recurso merece prosperar.

Em relação à matéria tratada nos autos, a "jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que, no caso de nova condenação a penas restritivas de direito a quem esteja cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado ou semiaberto, é inviável a suspensão do cumprimento daquelas - ou a execução simultânea das penas. Nesses casos, as penas restritivas de direito devem ser convertidas em sanção privativa de liberdade, unificando-se as reprimendas, nos termos dos arts. 181 e 111 da Lei de Execução Penal, respectivamente, não sendo aplicável o art. 76 do Código Penal" (HC 400.480/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 21/09/2017).

Nesse sentido:

"EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS* IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. PACIENTE QUE CUMPRIA PENA EM REGIME SEMIABERTO. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA

CONDENAÇÃO A PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SANÇÃO RESTRITIVA DE DIREITOS CONVERTIDA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. POSSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE INEXISTENTE. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem de ofício.

2. Sobrevindo pena restritiva de direitos a condenado que se encontra cumprindo pena privativa de liberdade, não se verifica a ocorrência das hipóteses legais de conversão previstas no art. 44, §§ 4º e 5º, do Código Penal. Contudo, o cumprimento simultâneo de pena privativa com pena restritiva deve mostrar-se compatível, o que não se confirma quando o apenado encontra-se cumprindo pena em regime semiaberto ou fechado. Destarte, faz-se mister a unificação das penas, nos termos do art. 111 da LEP, não havendo se falar, portanto, em aplicação do art. 76 do CP (Precedentes.)

3. Como já firmado em diversos julgamentos desta Corte Superior, somente certas restritivas (prestação pecuniária e perda de bens) e a multa se coadunam com os regimes semiaberto e fechado. (Precedentes.)

4. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 327.387/SP, deste Relator, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016)

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. CONVERSÃO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. PENA DE RECLUSÃO. CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. INCOMPATIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem de ofício se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

2. O paciente cumpria pena restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade quando sobreveio nova condenação à pena de 1 ano de reclusão, no regime inicial semiaberto.

3. A superveniência de nova condenação que impossibilite o cumprimento simultâneo das reprimendas justifica a conversão da sanção restritiva de direitos em privativa de liberdade e a consequente unificação das penas, nos termos do art. 111 da Lei n. 7.210/84 (LEP).

*Habeas corpus* não conhecido."

(HC 360.379/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016)

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REEDUCANDO EM CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. IMPOSSIBILIDADE. CONVERSÃO DA PENA SUBSTITUTIVA EM REPRIMENDA RECLUSIVA.

1. 'A superveniência de nova condenação que impossibilite o cumprimento simultâneo das reprimendas justifica a conversão da sanção restritiva de direitos em privativa de liberdade e a consequente unificação das penas, nos termos do art. 111 da Lei n. 7.210/84 (LEP)' (HC 360.379/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/9/2016, DJe 22/9/2016).

2. No caso dos autos, o agravante cumpria pena privativa de liberdade em regime fechado quando sobreveio nova condenação que foi substituída por pena restritiva de direitos.

3. Desse modo, forçosa a conversão da pena substitutiva em privativa de liberdade e a posterior unificação das reprimendas.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1.634.175/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017)

Não é despidendo ressaltar que, como já firmado em diversos julgamentos desta Corte Superior, somente certas penas restritivas (prestação pecuniária e perda de bens) e multa se coadunam com os regimes semiaberto e fechado (HC 269.366/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 26/2/2014).

No caso dos autos, a decisão proferida pelo juízo de piso encontra-se correta, razão pela qual deve ser restabelecida. Por oportuno, transcreve-se seu teor, na parte que é relevante para os autos:

"No caso em comento, verifico que há impossibilidade de se dar o cumprimento simultâneo das penas, ante a diversidade da natureza.

Ainda que se considere a possibilidade de suspensão da pena alternativa até o cumprimento da pena restritiva de direitos, no caso em comento, entendo não ser a mais adequada.

O reeducando praticou novo fato delituoso após o delito em que a pena foi convertida em restritiva de direitos, demonstrando que ela não foi adequada para a reprimenda.

Desta forma, não se mostra recomendável que ele seja beneficiado com a pena alternativa, eis que não demonstra senso de responsabilidade.

[...]

Assim, converto a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, pelo montante da condenação, devendo ser detraído o período em que esteve preso provisoriamente.

Como dito, foi juntada aos autos nova Guia de Execução, com a seguinte condenação:

A) 03 anos - Processo nº. 0021136-54.2016.8.13.0778, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, IV, do Código Penal e art. 244-B do ECA.

Portanto, novamente condenado o reeducando, no curso da execução penal, impõe-se a soma das penas com vistas de sua ideal fiscalização, nos termos do art. 111, da LEP.

Assim, DETERMINO A SOMA das penas, totalizando-as em 16 ano (s), 02 mês (es) e 20 dia (s) de reclusão.

Detraio do montante da reprimenda 09 mês (es) e 28 dia (s) que foram cumpridos até data da presente decisão.

Dessa forma, observada a detração, restam a cumprir as penas de 15 ano (s), 04 mês (es) e 22 dia (s) de reclusão.

Diante do resultado da soma das penas, atento ao art. 33, § 2º, 'a', do Código Penal, mantenho o regime FECHADO para continuação do cumprimento da execução penal.

[...]

Desta forma, no presente caso, ante a ausência de alteração do regime prisional, entendo que o termo inicial para concessão de benefícios deverá ser a data da última prisão, vez que não há fato superveniente que altere o marco para as benesses." (e-STJ, fls. 52-53 e 55)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para restabelecer a decisão proferida pelo Juízo da execução penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator